



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 20ª
(VIGÉSIMA)**

**SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA
DEBATER AS AÇÕES, SIGNIFICADOS E DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO
DE BRASÍLIA COMO PATRIMÔNIO BRASILEIRO E MUNDIAL À LUZ DA
LEGISLAÇÃO FEDERAL, DAS RECOMENDAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO
DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA
(UNESCO), DAS LEIS E PLANOS LOCAIS E DO DECRETO Nº 33.506,
DE 2012, QUE INSTITUI O ANO DE VALORIZAÇÃO DE BRASÍLIA
COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE,
EM 22 DE MARÇO DE 2012**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Joe Valle e Arlete Sampaio

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 15 minutos

TÉRMINO: 18 horas e 2 minutos

PRESENÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- Deputado Agaciel Maia – PTC
- Deputada Arlete Sampaio – PT
- Deputado Benedito Domingos – PP
- Deputado Chico Leite – PT
- Deputado Chico Vigilante – PT
- Deputado Cláudio Abrantes – PPS
- Deputado Dr. Michel – PSL
- Deputada Eliana Pedrosa – PSD
- Deputado Joe Valle – PSB
- Deputada Liliane Roriz – PSD
- Deputada Luzia de Paula – PPS
- Deputado Patrício – PT
- Deputado Robério Negreiros – PMDB
- Deputado Washington Mesquita – PSD
- Deputado Wasny de Roure – PT



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Joe Valle):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Joe Valle):

– Informa que, de acordo com o Requerimento nº 1.237, de 2012, dos Deputados Arlete Sampaio, Cláudio Abrantes e Wasny de Roure, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para debater as ações, significados e desafios da preservação de Brasília como patrimônio brasileiro e mundial à luz da legislação federal, das recomendações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), das leis e planos locais e do Decreto nº 33.506, de 2012, que institui o ano de valorização de Brasília como patrimônio cultural da humanidade.

2.1 COMPOSIÇÃO DA MESA

- **DEPUTADA ARLETE SAMPAIO**, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), autora do requerimento de realização desta comissão geral e presidente da sessão
- **DEPUTADO CHICO LEITE**, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)
- **DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES**, Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários (CAF) e autor do requerimento de realização desta comissão geral
- **HAMILTON PEREIRA**, Secretário de Estado de Cultura do DF
- **RAFAEL OLIVEIRA**, Secretário Adjunto de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do DF (SEDHAB)
- **ANDREY SCHLEE**, Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DEPAM/IPHAN)
- **BENNY SCHASBERG**, Secretário Executivo da Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional (ANPUR)
- **PAULO HENRIQUE PARANHOS**, Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil – Seção/DF (IAB/DF)

2.2 PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO, Presidente da CDC e autora do requerimento

– Explica que esta comissão geral é motivada pela necessidade de análise das mudanças que ameaçam o *status* de patrimônio cultural da humanidade conferido pela Unesco a Brasília.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Rememora manifestação do ex-Presidente Juscelino Kubitschek em prol do tombamento histórico do plano urbanístico de Brasília em contraposição à tendência de descaracterização da cidade.
- Apresenta histórico da legislação referente à conservação do plano urbanístico de Brasília, para evidenciar a necessidade continuada de normas com essa finalidade.
- Pontua que o regime especial de proteção do plano piloto de Brasília está consignado na Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF).
- Destaca que o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) será aprovado conforme recomendação da Unesco.
- Divulga que o Iphan editou portaria que institui a área de entorno do conjunto urbanístico de Brasília com a finalidade de coibir a incidência de abusos urbanísticos e arquitetônicos sobre o perímetro tombado da cidade.
- Elogia o Governador Agnelo Queiroz por ter adotado medidas destinadas a valorizar Brasília como patrimônio cultural e artístico da humanidade.
- Menciona manifestação da arquiteta Maria Elisa Costa, filha do urbanista Lúcio Costa, no sentido de que o tombamento do projeto de Brasília não constitui empecilho ao desenvolvimento da cidade.
- Frisa que a vocação de Brasília para tornar-se um centro turístico e de irradiação de idéias favorece o desenvolvimento socioeconômico da Capital.
- Refere-se às salvaguardas constitucionais que possibilitam a proteção de Brasília como patrimônio cultural.
- Chama a atenção para as reiteradas agressões praticadas na área tombada de Brasília e em seu entorno.
- Lamenta a extinção do Conselho de Preservação da Área Tombada de Brasília (CONPRESB), ocorrida em 2006, e salienta a importância do CONPRESB e do Conselho para Preservação de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade (CONBRAS) como instâncias de participação da sociedade civil para preservação da cidade.
- Frisa que o CONBRAS, sucedâneo do CONPRESB, dispõe de poder decisório menor.
- Registra que a legislação complementar prevista para reduzir a duplicidade de esforços e os antagonismos administrativos entre os entes federativos pode colaborar para avanços no tema.
- Opina que as agressões urbanísticas ao projeto de Lúcio Costa obtêm proveito da falta de articulação entre os órgãos de planejamento, preservação e fiscalização locais, bem como entre as esferas distrital e federal, na gestão da área tombada.
- Desaprova a especulação imobiliária e os efeitos nocivos do clientelismo de gestores e políticos do DF.
- Elogia a mobilização em defesa da cidade realizada pela juventude e pela imprensa, e lembra que a recente visita de representantes da Unesco a Brasília decorreu de solicitação dos moradores.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Advoga ações para prevenir o risco de inclusão de Brasília no rol do Patrimônio Mundial em Perigo, da Unesco.
- Salaria a importância do projeto de Brasília para a afirmação da brasilidade e para a modernização da vida nacional.
- Chama a atenção para o papel protagonista da CLDF na defesa de Brasília como patrimônio mundial.

DEPUTADO CHICO LEITE, Presidente da CCJ

- Lamenta a ausência dos deputados na comissão geral, uma vez que se trata de assunto de extrema importância.
- Discorre sobre o trabalho de Lúcio Costa e o projeto arquitetônico de Brasília.
- Cita normas criadas para tentar preservar a cidade como patrimônio cultural da humanidade.
- Comenta sobre a dificuldade do Plano Piloto e arredores, após 55 de existência, de administrar o crescimento relevante do número de habitantes.
- Aborda o número elevado de veículos e de pessoas circulando na área central da cidade, devido à demanda comercial da região.
- Adverte que Brasília, tombada como patrimônio histórico da humanidade, sofre com o crescimento desordenado, sem um planejamento estratégico para receber todas as mudanças necessárias.
- Ressalta a necessidade de se criar um planejamento estratégico para desconcentrar a movimentação econômica no Plano Piloto.
- Opina que é necessário ampliar oportunidades nas regiões administrativas do DF, criando postos de trabalho, opções de lazer, hospitais e escolas.
- Reafirma seu compromisso de defender Brasília.

DEPUTADO WASNY DE ROURE, Líder do Governo

- Saúda a retomada do debate sobre o tema e lamenta os danos ocasionados pela politização do assunto até o momento.
- Exalta a contribuição histórica dos candangos e elogia os urbanistas e demais técnicos pelo esforço em prol da cidade.
- Salaria os benefícios da visita da Unesco no debate pela preservação de Brasília.
- Congratula-se com o GDF por sua atuação em face das críticas às políticas relacionadas à preservação de Brasília e ressalta o caráter democrático deste confronto.
- Focaliza a importância do debate para contraposição aos interesses econômicos e políticos relacionados à ocupação do espaço urbano no DF.
- Sustenta que a visita de representantes da Unesco favoreceu o debate acerca da implantação de projeto hoteleiro na Quadra 901 Norte, mas pondera que os brasileiros não devem adotar postura subserviente diante das observações dessa entidade.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Enumera matérias relevantes a serem apreciadas pela CLDF nas próximas semanas: Plano de Ordenamento Territorial (PDOT), PPCUB e Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS).
- Analisa que as políticas de preservação devem considerar o dinamismo da cidade e, em vista disso, destaca a necessidade do diálogo entre o Ministério Público, a CLDF, o Poder Executivo e a sociedade civil organizada.
- Chama a atenção para a necessidade de correções nas condutas do poder público e da comunidade para a preservação da cidade.
- Ressalta a contribuição da Câmara Legislativa na constituição e ampliação dos parques locais.
- Exorta à participação no debate do PPCUB.

PAULO HENRIQUE PARANHOS, Presidente do IAB/DF – Seção DF

- Declara estar representando o IAB e também outros parceiros de profissão, unidos na intenção de contribuir para a solução dos problemas arquitetônicos de Brasília.
- Lamenta não ter mais apoio da imprensa local e dos representantes do setor público.
- Cita a reunião com a Unesco e lamenta o tempo exíguo que teve para expor os problemas da cidade.
- Discorre sobre a audiência pública realizada no Palácio do Buriti.
- Destaca a necessidade de se promover uma discussão aprofundada das políticas públicas atuais.
- Menciona que, no documento entregue à Unesco, é citada a participação da sociedade como imprescindível na feitura de um plano de preservação para Brasília.
- Comenta a entrega de um documento ao governador, logo após a posse, contendo várias propostas para a cidade e espera poder discuti-las em breve com representantes do governo.
- Frisa que os projetos do PPCUB, PDOT e LUOS deverão ser discutidos com o governo, as entidades participativas e a população.

BENNY SCHASBERG, Secretário Executivo da ANPUR

- Menciona os desafios para a preservação de Brasília como patrimônio cultural da humanidade.
- Discorre sobre a importância do debate urbanístico e arquitetônico em Brasília e descreve a visita dos representantes da Unesco para análise da preservação do conjunto urbanístico tombado.
- Defende a substituição do atual modelo institucional de gestão da preservação de Brasília.
- Desaprova o projeto de implantação de novo setor hoteleiro na Quadra 901 Norte por considerá-lo grave ameaça à preservação do plano urbanístico de Brasília e assinala que o assunto foi um dos principais temas nos encontros com a comissão da Unesco.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Refere-se às suspeitas de irregularidades e às restrições à participação popular na recente aprovação do PDOT.
- Aponta lentidão nos debates sobre o PPCUB e realça a importância das discussões que se iniciarão sobre a LUOS.
- Informa o agendamento de audiência pública para análise do PPCUB, que disporá sobre os critérios e as políticas de preservação das escalas integrantes do plano urbanístico tombado.
- Aborda o desenvolvimento de Brasília como centro metropolitano que inclui o Distrito Federal e áreas de Goiás e analisa a necessidade de equilíbrio entre a preservação do plano urbanístico tombado e o desenvolvimento da cidade.
- Aponta o planejamento e a gestão territorial integrada da área metropolitana como requisitos para a eficácia da política de preservação de Brasília como patrimônio cultural da humanidade.
- Assinala que esse item constitui uma das principais lacunas do PDOT e do Plano Diretor de Transportes Urbanos (PDTU) recentemente aprovados, bem como do PPCUB ora em análise.

ANDREY SCHLEE, Diretor do DEPAM/IPHAN

- Discorre sobre a sua trajetória profissional ao chegar à Brasília.
- Parabeniza o IPHAN, que completa 75 anos de existência, e elogia a sua atuação.
- Discorre sobre o projeto inicial de Lúcio Costa e lamenta que suas idéias não foram implantadas na prática.
- Informa que esteve com os consultores da comissão da Unesco durante toda a sua visita.
- Afirma que pelo menos quatro pontos relevantes constarão no relatório que será entregue à Unesco: a falta de compromisso com a realidade urbana, a ausência de uma política de transporte urbano, a falta de políticas de preservação na cidade e a questão do lago.
- Critica a falta de políticas públicas no Distrito Federal.
- Reivindica a possibilidade de o Iphan discutir com a Câmara Legislativa a aprovação do PPCUB.

RAFAEL OLIVEIRA, Secretário Adjunto de Estado da SEDHAB

- Lembra que a preservação do conjunto urbano tombado de Brasília foi uma das temáticas do programa de governo de Agnelo Queiroz.
- Afirma que essa preocupação está manifesta nas medidas adotadas para fortalecimento da estrutura governamental pertinente.
- Enumera mudanças administrativas que aprimoram a normatização do conjunto urbano tombado de Brasília, cuja consolidação deve ocorrer com a aprovação do PPCUB elaborado pelo governo, conforme previsto na LODF e no PDOT e de acordo com as sugestões da Unesco.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

– Explica que a instituição do Ano da Valorização de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, além de promover ações intrínsecas ao processo de preservação da cidade, pretende resgatar a utopia social contida no projeto urbanístico de Lúcio Costa.

– Descreve o empenho do GDF em colaborar para o sucesso da recente missão da Unesco em Brasília.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES, Presidente da CAF e autor do requerimento

– Convida o Iphan e todos os interessados a participarem das audiências públicas que serão promovidas pela Comissão de Assuntos Fundiários.

– Acredita que a vinda da Unesco trouxe uma oportunidade de discutir com clareza o planejamento urbanístico da cidade.

– Destaca que Brasília possui traços únicos e precisa ser respeitada.

– Comunica que o Governador decretou o aumento da Poligonal do Parque Olhos d'Água.

– Afirma que as mudanças devem ocorrer respeitando-se o tombamento da Unesco, porém levando-se em conta as necessidades da população.

– Cita algumas áreas de Brasília que precisam ser preservadas e não são tombadas, como o Catetinho e a Prainha.

– Teme que os decretos relacionados à preservação de áreas sejam derrubados com as mudanças de governo; por isso, solicita que esse assunto faça parte da pauta de discussão do PPCUB.

– Reafirma a necessidade de haver um planejamento urbano para a área do Plano Piloto, tendo em vista as milhares de pessoas que circulam durante o dia nesta região.

– Comenta sobre o PDTU aprovado pela Casa, o qual, apesar de apresentar falhas, já é um grande avanço para o transporte público de Brasília.

– Pondera que muitas regiões históricas da cidade não possuem uma política pública de preservação.

– Comunica que a CLDF fará uma atualização do PDOT nos pontos que constam como inconstitucionais.

HAMILTON PEREIRA, Secretário de Estado de Cultura do DF

– Cita Gramsci para exortar à combinação de inteligência e vontade no trabalho.

– Propõe a recuperação do legado de ousadia do plano original de Brasília.

– Avalia que o convite à Secretária de Cultura para participação neste debate revela avanços na concepção do governo acerca da preservação.

– Lamenta o declínio da percepção dos brasileiros acerca da importância da Capital.

– Lembra as implicações negativas do período ditatorial sobre a evolução de Brasília e opina que a cidade expressa a trajetória histórica nacional.

– Chama a atenção para o crescimento populacional do DF.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

– Adverte que a solução dos desafios socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais do DF requer longo prazo e impõe responsabilidades que transcendem os mandatos dos governantes.

– Estima que são necessárias políticas públicas destinadas a recuperar a sintonia do Distrito Federal com o ciclo econômico nacional vigente.

– Salaria a responsabilidade do governo federal no enfrentamento dos problemas do DF.

– Discorre sobre a necessidade da participação popular para a recuperação da institucionalidade no DF, a ser obtida mediante contribuição da CLDF.

– Sustenta que as críticas responsáveis favorecem o governo.

– Desaprova o contingenciamento do Fundo de Amparo à Cultura (FAC).

– Cita Lúcio Costa para argumentar em favor da compreensão de Brasília pelos brasileiros.

– Analisa que a projeção internacional obtida pelo Brasil impõe a adoção de políticas capazes de enfrentar os desequilíbrios sociais existentes, consoante o novo ciclo de desenvolvimento surgido.

– Apregoa a valorização das culturas locais, a participação popular e a reformulação do conceito negativo existente sobre o papel da política.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO, Presidente da CDC e autora do requerimento

– Faz referência a sugestões feitas pelo auditório.

– Discorre sobre o debate ocorrido durante a comissão geral.

– Cita a criação de um fórum de debates, com o objetivo de promover um diálogo entre população e governo em torno do assunto.

– Observa que esta comissão geral é apenas o início das discussões e sugere que sejam feitas audiências para ouvir a sociedade.

– Convida todos a participarem da discussão da Portaria nº 68, do Iphan, e da atualização do PDOT.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputada Arlete Sampaio):

– Agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro-Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro-Secretário

Este texto não substitui o publicado no Diário da Câmara Legislativa nº 57 – Suplemento, de 3/4/2012.